



Associação de Promoção Social
Castanheira do Ribatejo

Relatório



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DE 2017

Março de 2018

A.P.S. Castanheira do Ribatejo



Associação de Promoção Social
Castanheira do Ribatejo

Relatório



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

Índice

Relatório e Contas de 2017 3

1. Introdução..... 3
2. Análise económica e financeira 3
 - 2.1 Análise económica 3
 - 2.2 Análise financeira..... 6

Relatório de Actividades de 2017 7

1. Introdução..... 7
2. Objectivo..... 7
3. Desenvolvimento 7
 - 3.1. Prestação do Serviço:..... 7
 - 3.2. Área da Infância e Juventude: 8
 - 3.3. Terceira Idade 9
 - 3.4 Refeições e Apoio aos refeitórios escolares..... 9
 - 3.5 Actividades de Enriquecimento Curricular 9
 - 3.6 Distribuição de Ajuda Alimentar (POAMPC)..... 10
 - 3.7. Parcerias 10
4. Recursos Humanos..... 11
5. Conclusão 11



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

Parte I

Relatório e Contas de 2017

1. Introdução

Em conformidade com o disposto na alínea a) do art.º 27º dos Estatutos vem a Direção da Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo submeter à Assembleia-geral o relatório e contas do ano de 2017.

O sistema de normalização contabilística aplicado é o estipulado para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

O acompanhamento da gestão da Instituição, tal como tem vindo a acontecer nos anos anteriores, permitiu o controlo dos custos de estrutura, que atingiram no corrente ano de 2017 o valor de €2 065 049,97 enquanto, que as receitas atingiram no mesmo período o valor de €2 098 188,47. Em consequência das receitas serem superiores aos custos, foi possível apresentar um resultado positivo de 33 138,50 euros.

2. Análise económica e financeira

2.1 Análise económica

Pela análise da Demonstração de Resultados (DR), constata-se que os rendimentos tiveram a seguinte origem:

RENDIMENTOS	dez-17		dez-16	
	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
Venda de Serviços Prestados	789.500,67	37,63%	773.291,07	37,91%
Subsídios, doações e legados à exploração				
ISS, IP — Centros Distritais	1.004.892,85	47,89%	980.518,84	48,06%
Outros	88.732,21	4,23%	78.621,54	3,85%
Outros rendimentos e ganhos	204.357,57	9,74%	198.017,96	9,71%
Juros e rendimentos similares obtidos	10.705,17	0,51%	9.585,95	0,47%
Total	2.098.188,47	100,0%	2.040.035,36	100,0%

As variações com maior relevância verificam-se nas rubricas, Venda de Serviços Prestados com mais €16.209, ISS — Centros Distritais com mais €24.374; Outros subsídios com um aumento de €10.110;

RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

Outros rendimentos e ganhos com menos €6.339 e Juros e rendimentos similares obtidos com um aumento de €1.119. No conjunto existiu um aumento nos rendimentos de €58.153.

No que concerne aos gastos estes decompõem-se do seguinte modo:

GASTOS	dez-17		dez-16	
	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
CMVMC*	215.706,31	10,45%	196.044,26	9,65%
Fornecimentos e Serv. Externos	384.486,60	18,62%	369.812,76	18,21%
Gastos com o Pessoal	1.369.510,74	66,32%	1.327.761,65	65,37%
Provisões do período		0,00%		0,00%
Outros Gastos e Perdas	11.430,34	0,55%	10.042,34	0,49%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	83.394,95	4,04%	127.336,16	6,27%
Juros e gastos similares suportados	521,03	0,03%	200,42	0,01%
Total	2.065.049,97	100,0%	2.031.197,59	100,0%

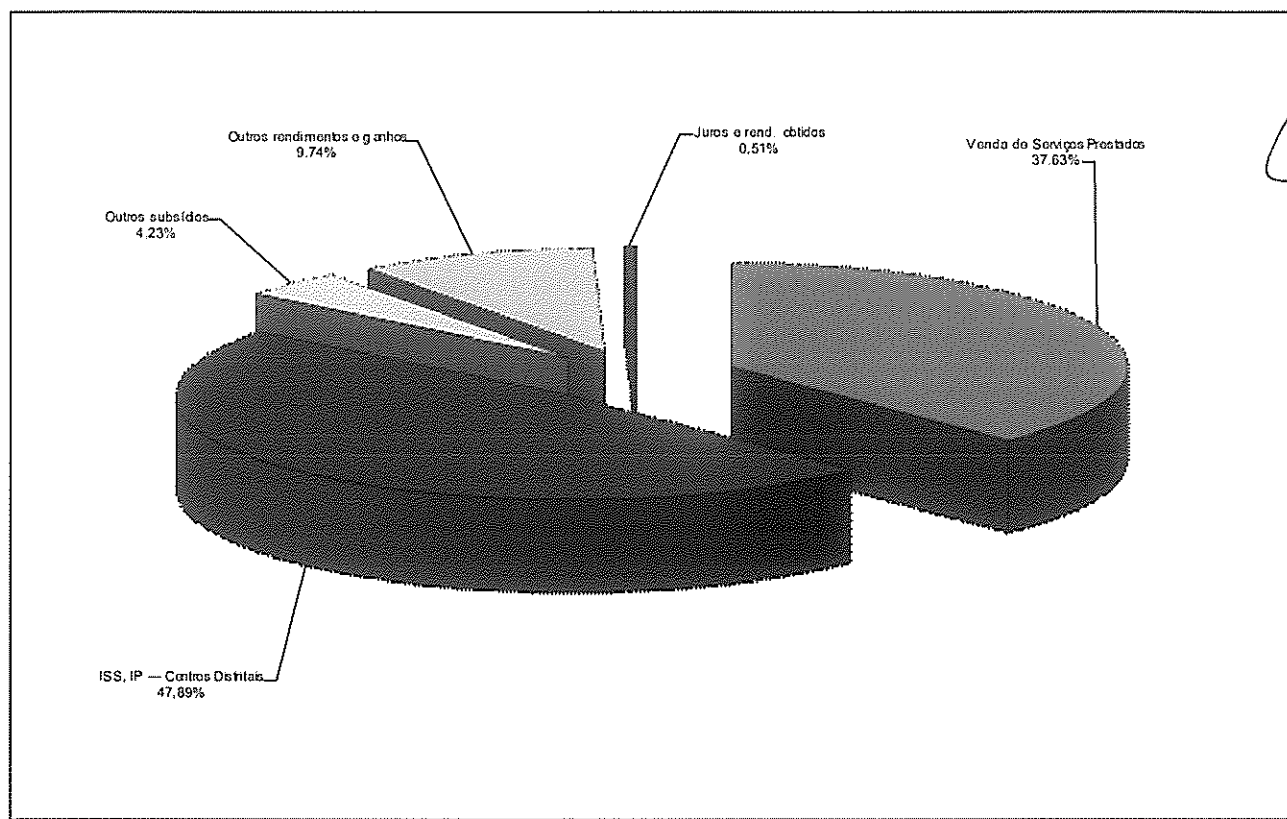
* Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

As variações mais relevantes registadas na estrutura de custos referem-se às rubricas Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com um aumento de €19.662; Fornecimentos e Serv. Externos com um aumento de €14.674. Os Gastos com o Pessoal com aumento de €41.749 deve-se essencialmente ao reajustamento/aumento dos vencimentos das educadoras cujos vencimentos estavam congelados à 2 anos. Os Outros Gastos e Perdas aumentaram €1.388, os Gastos/reversões de depreciação e de amortização diminuíram €43.941 devido a bens de transporte terem ficado totalmente amortizados.

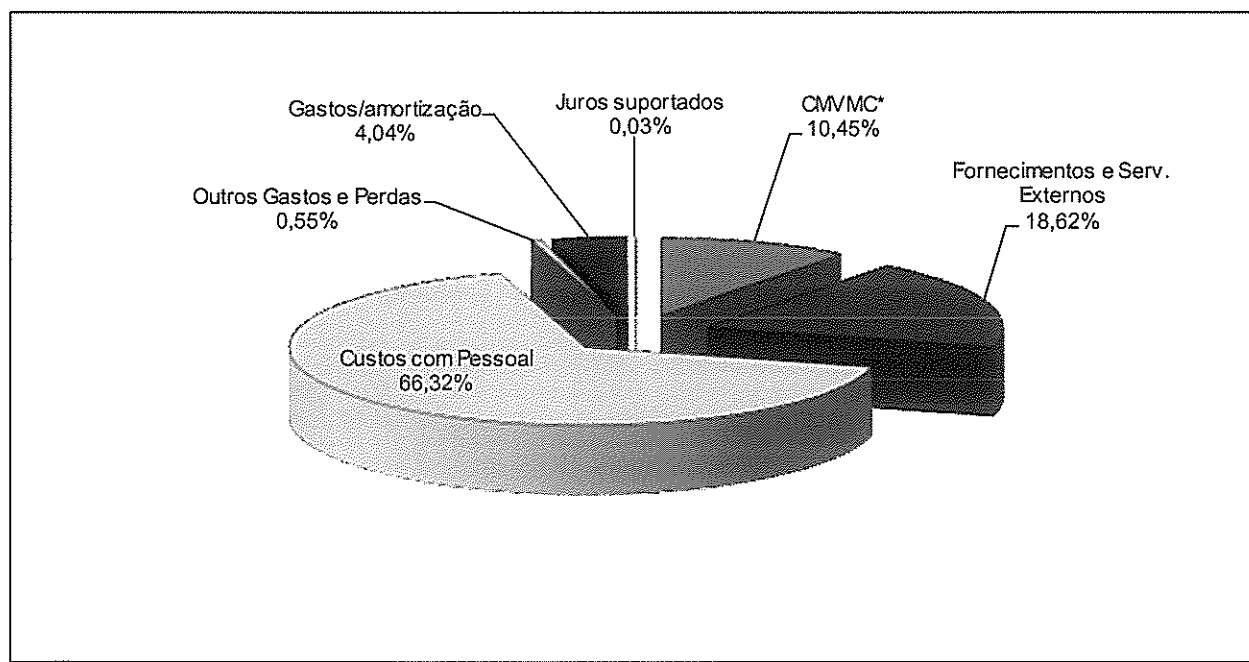


RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

ESTRUTURA DE PROVEITOS



ESTRUTURA DE CUSTOS



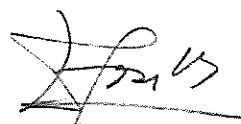
RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

2.2 Análise financeira

Analizados os rácios de autonomia financeira verifica-se que este apresenta o valor de 92,5 e o rácio de liquidez geral 4,3. Em relação aos Prazos Médios de Recebimentos e de Pagamentos estes situaram-se em 3,5 e 1,6 dias respetivamente. Os rácios de endividamento e solvabilidade apresentam nos dois anos em análise valores muito satisfatório, tendo este último diminuído 0,5. Os valores dos rácios não tiveram variações significativas, exceto os rácios do Prazo Médio de Recebimentos e de Pagamentos que variaram positivamente.

RÁCIOS DE GESTÃO		31.12.2016	31.12.2017
RÁCIOS FINANCEIROS			
Liquidez Geral	Activo Corrente / Passivo Corrente	4,5	4,3
Autonomia Financeira	Fundos Patrimoniais / Activo total x 100	93,3	92,5
Endividamento	Passivo total / Activo total	0,1	0,1
Solvabilidade	Fundos Patrimoniais / Passivo total	13,9	12,4
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO			
Prazo Médio de Recebimento (PMR)	Créditos a receber / Vendas x 365 dias	12,1	3,5
Prazo Médio de Pagamento (PMP)	Fornecedores / (Compras+FSE) x 365 dias	6,3	1,6

O Contabilista Certificado



João José Proença Milheiro
(CC n.º 28 408)



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

Parte II

Relatório de Actividades de 2017

1. Introdução

Considerando a grave crise económica que o país atravessa, as Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham um papel fundamental junto das comunidades locais. Importa criar formas alternativas de sustentabilidade social e salientar o papel pró-activo das IPSS nesta matéria.

O ano de 2017 foi para a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo um ano importante de concretizações e realização de objectivos, apesar da situação económica do país potenciadora de graves problemas sociais.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social encontram-se na “linha da frente” enquanto entidades de apoio quer aos mais desfavorecidos e atingidos pela grave crise social e económica quer à população em geral. A Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo não ficou indiferente às necessidades sentidas pelos seus utentes e teve particular atenção a todos os que procuraram os seus serviços.

2. Objectivo

O objectivo deste relatório é o de avaliar se as actividades previstas no plano foram concretizadas monitorizando a concretização dos objectivos do plano estratégico. É ainda feito um balanço da prestação dos serviços pelas diversas respostas sociais da A.P.S.

3. Desenvolvimento

3.1. Prestação do Serviço:

Na área da prestação dos serviços a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo é uma Instituição Certificada Nível A desde Dezembro de 2013 quer ao nível da Norma ISO 9001 quer ao nível dos Referenciais da Segurança Social. É a única no concelho com esta certificação e a 3ª a nível nacional o que reflecte bem o trabalho desenvolvido quer pela Direcção no incremento de novas actividades e na procura de novas soluções para os seus utentes, quer pela pronta resposta dada pelos



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

seus colaboradores projectando a Associação como uma entidade de prestígio e respeitada pela comunidade.

No ano de 2017 a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo apoiou 580 crianças abrangidas pelas diversas respostas sociais. Na creche do edifício sede deu apoio a 106 crianças. Ainda no edifício sede a resposta social de pré-escolar conta com 150 crianças. Tem-se verificado um incremento de utentes na resposta social de A.T.L. perfazendo este grupo um total de 190 crianças a quem se prestou apoio no ano 2017.

No edifício José Nunes dos Santos estão mais 66 crianças em idade de creche. Existem ainda mais 3 salas de pré-escolar com 65 crianças, das quais 2 situam-se na Rua João Batista Correia nº 15 em Castanheira do Ribatejo e comportam 40 crianças. A outra sala encontra-se no Edifício José Nunes dos Santos, nº55 de modo a dar continuidade educativa às crianças que deixam as salas dos 2 anos deste edifício. Para as outras duas salas foi feito acordo com o Instituto da Segurança Social para 10 crianças em 2013 e ainda em 2014 foi actualizado para mais 10 crianças o que perfaz um total de 20 crianças com acordo. De qualquer modo ainda existem 20 crianças sem acordo.

No ano 2014 foi revisto o acordo clássico de A.T.L. que abrangia 136 utentes e passou a abranger 140 utentes, sendo que 100 crianças passaram para a modalidade de Extensão de Horário e Interrupção Lectiva de 1º ciclo com almoço e 40 crianças afectas ao 2º ciclo em Centro de Actividades de Tempos Livres com almoço.

Para a concretização das suas actividades a A.P.S. dispõe de 4 berçários com capacidade para 10 crianças cada. Possui no total 5 salas de 1 ano, 5 salas de 2 anos, 3 salas de 3 anos, 3 salas de 4 anos, 5 salas de 5 anos. A resposta social de A.T.L. dispõe de 7 salas de actividades, incluindo uma sala de informática, um ginásio e uma biblioteca.

3.2. Área da Infância e Juventude:

Relativamente aos objectivos da área de Infância e Juventude os mesmos foram cumpridos. A par do ano 2016, em 2017 registou-se um ligeiro aumento das inscrições de bebés e depois o consequente aumento das admissões em Setembro de 2017. Esta tendência já era notória desde o ano 2015.

Mantivemos o apoio prestado às famílias, nomeadamente na revisão das comparticipações familiares face a situações de desemprego ou precariedade que atingiram as famílias. Apesar da diminuição global do valor gerado pelas comparticipações familiares a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo manteve o nível de qualidade na prestação dos seus serviços.

Foram realizadas acções de sensibilização e de informação aos pais e encarregados de educação através das Escolas de Pais.



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

Foram realizadas todas as actividades previstas no Plano Anual de Actividades que envolveram as crianças e os encarregados de educação.

3.3. Terceira Idade

Na área da 3ª idade a A.P.S. dispõe de um projecto para a criação de uma Estrutura Residencial Para Idosos que pretende abranger 30 utentes ao todo sendo que, 20 utentes são internos e 10 em Centro de Dia. Este projecto que contempla a remodelação do edifício do Polo Desportivo e Cultural da Vala do Carregado sito na Rua Prudêncio Duarte Correia, freguesia de Castanheira do Ribatejo pretende criar uma nova resposta social para responder a novas necessidades ao nível da Terceira Idade. No ano de 2017 obtivemos a aprovação por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira sobre o licenciamento deste edifício estando a taxa actualmente a pagamento.

A estrutura residencial para idosos continua a ser uma aposta da Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo que em 2018 vai procurar junto dos programas disponíveis – QREN - financiamento para esta nova resposta social, bem como está previsto a abertura de concurso público para as obras de remodelação deste equipamento.

3.4 Refeições e Apoio aos refeitórios escolares

Em 2017 a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo cumpriu com o estabelecido nos protocolos com o Município de Vila Franca de Xira e o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde em Castanheira do Ribatejo e ainda o Agrupamento de Escolas Alves Redol em Vila Franca de Xira no que refere ao fornecimento de refeições escolares. Mantivemos o nº de refeições bem como a qualidade da confecção. No ano de 2017 estabelecemos mais um protocolo com o Município desta feita de apoio aos refeitórios escolares.

3.5 Actividades de Enriquecimento Curricular

Considerando as necessidades das crianças e suas famílias a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo manteve no ano de 2017 as Actividades de Enriquecimento Curricular conforme protocolo estabelecido quer com o Município de Vila Franca de Xira quer com o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde.

Foram ainda desenvolvidas Actividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e ainda se desenvolveram Actividades de Tempos Livres de acordo com protocolos estabelecidos entre o Município de Vila Franca de Xira e o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde.

Todas estas actividades consubstanciaram-se numa resposta integrada às necessidades dos alunos e suas famílias para além do horário escolar.



Associação de Promoção Social
Castanheira do Ribatejo

Relatório



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

3.6 Distribuição de Ajuda Alimentar (POAMPC)

No ano de 2017 a APS iniciou nova parceria com a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca – CEBI, o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho, a Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos e a Casa de S. Pedro de Alverca no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) no sentido de em conjunto distribuírem géneros alimentares ou bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas do seu território. O protocolo abrange 150 indivíduos a quem mensalmente se distribui ajuda alimentar bem como se compromete com o desenvolvimento de medidas de acompanhamento e acções de sensibilização com vista à inclusão social.

3.7. Parcerias

A Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo manteve as parcerias já existentes e contou com a entrada de uma nova no ano de 2017 com a Fundação CEBI e outras instituições no âmbito do POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

4. Recursos Humanos

O quadro de colaboradores da APS em 2017 é o seguinte:

Designação	N.º
Coordenadora Geral	1
Educadoras de Infância	18
Animadores/Monitores	3
Ecónoma	1
Guarda-Livros	1
Administrativas	2
Ajudantes de Ação Educativa	39
Motoristas de transporte coletivo de crianças	3
Rececionistas	2
Ajudante de cozinha	1
Cozinheiras	3
Auxiliares de Serviços Gerais	14
Técnico HST	1
Estagiários	2
Voluntários	5
Avençados (Médicos, Advogado, ROC, TOC e Professores)	30
Total	126

5. Conclusão

De um modo geral todos os objectivos propostos pela Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo foram atingidos. Mantivemos o nível de qualidade na prestação dos nossos serviços sendo a instituição uma entidade de referência na União de Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, bem como no concelho de Vila Franca de Xira.



Associação de Promoção Social
Castanheira do Ribatejo

Relatório



RELATÓRIO DE CONTAS E ACTIVIDADES DO ANO 2017

A Direção

(José Nunes dos Santos)

(Fernando Barreiros)

(Jorge Ferreira)

(Ana Martins)

(Alfredo Pereira)

Castanheira do Ribatejo, 12 de Fevereiro 2018

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CASTANHEIRA DO RIBATEJO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017

Contribuinte: 500999171

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 REG 2017	31 REG 2016
ACTIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis			2.648.971,97	2.703.536,75
Bens do património histórico e artístico e cultural			0,00	0,00
Ativos intangíveis			0,00	0,00
Investimentos financeiros			1.724,73	652,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes			0,00	0,00
			2.650.696,70	2.704.188,93
Activo corrente				
Inventários			7.280,54	6.769,00
Créditos a receber			7.668,87	25.679,27
Estado e outros entes públicos			6.902,91	9.494,12
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Diferimentos			2.183,60	4.082,44
Outros ativos correntes			10.512,63	21.147,87
Caixa e depósitos bancários			1.225.570,12	1.111.038,25
			1.260.118,67	1.178.210,95
Total do ativo			3.910.815,37	3.882.399,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos			3.781,88	3.781,88
Excedentes técnicos			0,00	0,00
Reservas			0,00	0,00
Resultados transitados			2.250.562,29	2.241.724,52
Excedentes de revalorização			0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais			1.330.554,37	1.367.707,65
			3.584.898,54	3.613.214,05
Resultado líquido do período			33.138,50	8.837,77
Total dos fundos patrimoniais			3.618.037,04	3.622.051,82
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões			0,00	0,00
Provisões específicas			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Outras contas a pagar			0,00	0,00
			0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores			2.528,66	9.679,19
Estado e outros entes públicos			63.826,76	61.399,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	0,00
Financiamentos obtidos			0,00	0,00
Diferimentos			0,00	0,00
Outros passivos correntes			226.422,91	189.269,86
			292.778,33	260.348,06
Total do passivo			292.778,33	260.348,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			3.910.815,37	3.882.399,88

A Direcção

João Manuel de Santos
João Manuel de Santos
João Manuel de Santos
Alfredo Jorge de Jesus Pereira
Alfredo Jorge de Jesus Pereira

O responsável

João
e e n: 28408

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CASTANHEIRA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500999171

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		789.500,67	773.291,07
Subsídios, doações e legados à exploração		1.093.625,06	1.059.140,38
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		215.706,31	196.044,26
Fornecimentos e serviços externos		384.486,60	369.812,76
Gastos com o pessoal		1.369.510,74	1.327.761,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		204.357,57	198.017,96
Outros gastos		11.430,34	10.042,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.349,31	126.788,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		83.394,95	127.336,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.954,36	-547,76
Juros e rendimentos similares obtidos		10.705,17	9.585,95
Juros e gastos similares suportados		521,03	200,42
Resultados antes de impostos		33.138,50	8.837,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		33.138,50	8.837,77

João Manuel dos Santos
- *João Manuel dos Santos*
- *João Manuel dos Santos*
- *Alfredo José de Jesus Pereira*
- *João Manuel dos Santos*

João Manuel dos Santos
CC n.º 28408

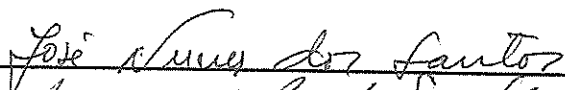
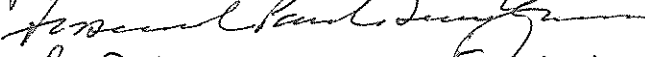
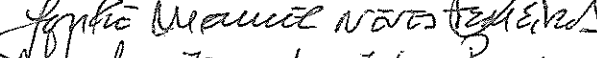
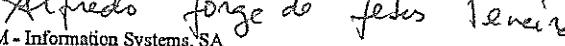
ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CASTANHEIRA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		819.592,67	797.910,56
Pagamentos de Subsídios		0,00	-8.481,21
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		526.749,98	483.404,47
Pagamentos ao pessoal		868.435,48	843.340,78
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		-575.592,79	-520.353,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos e pagamentos		-416.959,03	-347.630,82
Recebimento de subsídios		1.093.625,06	1.053.959,38
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		101.073,24	185.975,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	1.842,20
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		11.651,73	7.674,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		11.651,73	5.832,53
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		1.806,90	4.443,46
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	6.956,54
Juros e gastos similares		0,00	50,42
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.806,90	-2.563,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		114.531,87	189.244,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.111.038,25	921.794,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.225.570,12	1.111.038,25


A Direcção

O Responsável

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador





CC n.º 28408

ANEXO 16 - Anexos

(Portaria n.º 986/2009 de 7 de setembro)

(Portaria 220/2015, DR 1.ª série N.º 143 24 de julho de 2015)

(Modelo reduzido)

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do Anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas nos diversos capítulos que integram a NCRF-ESNL.

Assim, cada entidade deverá criar a sua própria sequência numérica, em conformidade com as divulgações que deva efetuar, sendo que as notas de 1 a 4 serão sempre explicitadas e ficam reservadas para os assuntos identificados no presente documento.

1 — Identificação da entidade:

1.1 — Designação da entidade: Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo

1.2 — Sede: Rua Padre António Bianchi n.º2 2600-605 Castanheira do Ribatejo

1.3 — Natureza da actividade: IPSS

1.4 — Designação da empresa-mãe: _____

1.5 — Sede da empresa-mãe: _____

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6 726 - B/2011 - 14 de março - NCRF-ESNL;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho

2.2 — Indicação e justificação das disposições das ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem

verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nada a referir.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

a) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro em 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

2.4 — Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória:

a) Uma explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL, afectou a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatados;

b) Uma explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas como capital próprio.

Nada a referir

2.5 — Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Nada a referir

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da APS, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

A Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo está sujeita ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) relativamente às atividades fora do âmbito do objeto da APS.

3.2 — Outras políticas contabilísticas: Nada a referir

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro: Nada a referir

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas: Nada a referir

4 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer

período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) A natureza da alteração na política contabilística;
- b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;
- c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável; e
- d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Nada a referir

5 — Ativos fixos tangíveis:

5.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

- a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Custo de aquisição

- b) Os métodos de depreciação usados;
- c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas foram as seguintes;

Bens registados com base nas taxas do DL 78/88 de 3março		Bens registados com base nas taxas do DR 25/2009 de 14set
Edifícios	2%	2%
Eq. Básico	16,66%	(Várias cf. tipo de bem)
Eq. Transporte	20%	(25% e 14,28%)
Ferramentas Ut.	25%	25%
Eq. Adm.	16,66%	12,5%
Eq. Informático	20%	33,33%
Programas de Computador	33,33%	33,33%

- d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e
- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as

revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

ATIVO FIXO TANGÍVEL		Saldo inicial.	Abates/Reg	Reforço	Saldo final
4331	Terrenos e recursos naturais				
4332	Edifícios e outras construções	3.607.084,77			3.607.084,77
4333	Equipamento básico	308.674,50			308.674,50
4334	Equipamento de transporte	401.623,89		0,00	401.623,89
4335	Equipamento administrativo	360.760,15		3.686,92	364.447,07
4337	Outros ativos fixos tangíveis	61.231,90			61.231,90
TOTAL		4.739.375,21	0,00	3.686,92	4.743.062,13

ATIVO FIXO INTANGÍVEL		Saldo inicial.	Abates/Reg	Reforço	Saldo final
4426	Outros ativos fixos intangíveis	16.748,40		0,00	16.748,40

INVESTIMENTOS EM CURSO		Saldo inicial.	Abates/Reg	Reforço	Saldo final
45	Investimentos em curso	74.704,00		28.041,25	102.745,25

DEPRECIAÇÕES DO ATIVO FIXO TANGÍVEL		Saldo inicial.	Abates/Reg	Reforço	Saldo final
43382	Edifícios e outras construções	1.018.281,02		69.228,38	1.087.509,40
43383	Equipamento básico	295.641,42		2.404,89	298.046,31
43384	Equipamento de transporte	389.433,44		4.063,48	393.496,92
43385	Ferramentas e Utensílios	3.864,11		0,00	3.864,11
43386	Equipamento administrativo	344.988,57		7.698,20	352.686,77
43387	Outros ativos fixos tangíveis	61.231,90		0,00	61.231,90
TOTAL		2.113.440,46	0,00	83.394,95	2.196.835,41

DEPRECIAÇÃO DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL		Saldo inicial.	Abates/Reg	Reforço	Saldo final
4428	Amortizações Acumuladas	16.748,94		0,00	16.748,94

6 — Custos de empréstimos obtidos:

6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos;

Nada a referir.

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período; e

c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

7 — Inventários:

7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Preço de aquisição

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsid. e de consumo
1 - Existências Iniciais	2.975,00	3.794,00
2 - Compras	4.413,23	204.569,16
3 - Auto-consumos		
4 - Regularização de existências	937,62	6.297,84
5 - Existências Finais	3.574,08	3.706,46
6 - Custos no exercício (6=1+2+3+4-5)	4.751,77	210.954,54

c) A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender;

d) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

e) A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20;

f) A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de

inventários reconhecida como gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20;

g) As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.20; e

h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

8 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:

8.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

Os subsídios referentes à exploração foram contabilizados como rendimentos do exercício. A proveniência dos valores recebidos foram:

ISS, IP – Centro Distrital	€ 1.004.892,85
Autarquias	€ 78.693,11
IEFP	€ 10.039,10

c) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1 Fundos patrimoniais

Fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Fundos	3.781,88	3.781,88
Resultados transitados	2.250.562,29	2.241.724,52
Outras variações nos fundos patrimoniais		
PIDDAC	792.663,36	813.092,76
OUTROS	462.855,04	479.578,92
Doações	75.035,97	75.035,97
Resultado líquido do período	33.138,50	8.837,77
Total	3.618.037,04	3.622.051,82

Entidade: Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

(Anexo14 - Portaria 220/2015, DR 1.ª série N.º 143 24 de julho de 2015)

Unid. Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedente s técnicos	reservas	Resultados transitados	Ajustament os em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	3.781,88	0,00	0,00	2.235.286,05	0,00	0,00	1.348.233,27	6.438,47	3.593.739,67		3.593.739,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00		0,00
Excedentes de revalorização										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					6.438,47			19.474,38	-6.438,47	19.474,38		19.474,38
	7	0,00	0,00	0,00	6.438,47	0,00	0,00	19.474,38	-6.438,47	19.474,38	0,00	19.474,38
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								8.837,77	8.837,77		8.837,77
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								2.399,30	28.312,15	0,00	28.312,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados										0,00		0,00
Distribuições												
Outras operações										0,00		0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	3.781,88	0,00	0,00	2.241.724,52	0,00	0,00	1.367.707,65	8.837,77	3.622.051,82	0,00	3.622.051,82

Entidade: Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

(Anexo14 - Portaria 220/2015, DR 1.ª série N.º 143 24 de julho de 2015)

Unid. Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	3.781,88	0,00	0,00	2.241.724,52	0,00	0,00	1.367.707,65	8.837,77	3.622.051,82		3.622.051,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00		0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00		0,00
Excedentes de revalorização										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					8.837,77			-37.153,28	-8.837,77	-37.153,28		-37.153,28
	7	0,00	0,00	0,00	8.837,77	0,00	0,00	-37.153,28	-8.837,77	-37.153,28	0,00	-37.153,28
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								33.138,50	33.138,50		33.138,50
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								24.300,73	-4.014,78	0,00	-4.014,78
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados										0,00		0,00
Distribuições												
Outras operações										0,00		0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	3.781,88	0,00	0,00	2.250.562,29	0,00	0,00	1.330.554,37	33.138,50	3.618.037,04	0,00	3.618.037,04

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo**, que compreendem o balanço em **31 de Dezembro de 2017** que evidencia um total de 3.910.815 euros e um total de capital próprio de 3.618.037 euros, incluindo um resultado líquido de 33.139 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo**, em **31 de Dezembro de 2017** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

1 / 3



Sede
Rua Borges Carneiro n.º 2 ATL B
2610 – 029 Amadora
Telefone: 214 715 224
Email: kaizeler@kls.pt

Delegação Almada
Rua Manuel Parada n.º 13 Piso IEF
2800 - 700 Almada
Tel: 212 756 370
Email: cabritolourenco.kls@sapo.pt

Delegação Carregado
Rua António Correia Baharém n.º 11 R/C Esq.º
2580 – 468 Carregado
Tel: 263 852 272 * Fax: 263 854 322
Email: sergio.malino@kls.pt

Delegação Lisboa
Rua Abranches Ferrão, n.º 10, Ed. Atlanta II, 8º D
1600 – 001 Lisboa
Tel: 217 269 150
Email: carlos.miguel@kls.pt

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

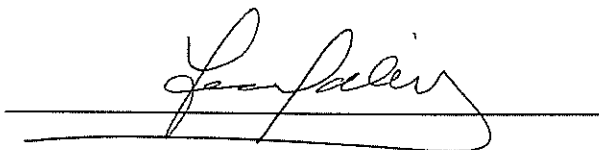
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Carregado, 13 de Março de 2018

KAIZELER, LOURENÇO, SANTOS & COSTA, SROC
representada por
Sérgio Manuel dos Santos Malino - ROC 1122



Sede	Delegação Almada	Delegação Carregado	Delegação Lisboa
Rua Borges Carneiro n.º 2 ATL B 2610 – 029 Amadora Telefone: 214 715 224 Email: kaizeler@kls.pt	Rua Manuel Parada n.º 13 Piso IEF 2800 – 700 Almada Tel: 212 756 370 Email: cabritolourenco.kls@sapo.pt	Rua António Correia Baharém n.º 11 R/C Esq.ª 2580 – 468 Carregado Tel: 263 852 272 * Fax: 263 854 322 Email: sergio.malino@kls.pt	Rua Abranches Ferrão, n.º 20, Ed. Atlanta II, 3.º D 1600 – 001 Lisboa Tel: 217 269 150 Email: carlos.miguel@kls.pt

Assembleia Geral Ordinária

Acta número noventa e nove

— Pelas vinte e uma horas e trinta minutos do dia vinte e seis de Março de dois mil e dezoito, reuniu na sede da Associação de Promoção Social - APS em segunda convocatória a nonagésima nova Assembleia Geral Ordinária, convocada nos termos legais, com a seguinte ordem de trabalhos;

— Ponto um Leitura e votação da acta noventa e oito da sessão anterior —

— Ponto dois Apresentação, discussão e votação das Contas de gerência e relatório e contas de dois mil e dezassete. —

— Ponto três Diversos —

— A Presidente da Assembleia Geral após asir os trabalhos deu a palavra ao Secretário para ler a acta da Assembleia anterior a qual foi aprovada pelos associados presentes com uma abstenção.

— Seguidamente foi dada a palavra ao Tesoureiro que leu à Assembleia o essencial do relatório e contas de dois mil e dezassete tendo salientado o valor de trinta e três mil, cento e trinta e oito euros e cinquenta centimos de resultados positivos do exercício. Explicitou e explicou o essencial do quadro da análise económica e financeira relativa ao relatório e contas em

análise.

- Foram os Associados convidados a se pronunciarem ou obter algum esclarecimento por parte da Direcção. Não havendo questões, a Presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para este emitir o seu parecer. —

- Tomou a palavra o Secretário do Conselho Fiscal que deu o parecer favorável ao relatório e contas apresentado pela Direcção. —

- A Presidente da Assembleia Geral submeteu à Assembleia e votação o Relatório e contas de dois mil e dezassete que o aprovou por unanimidade.

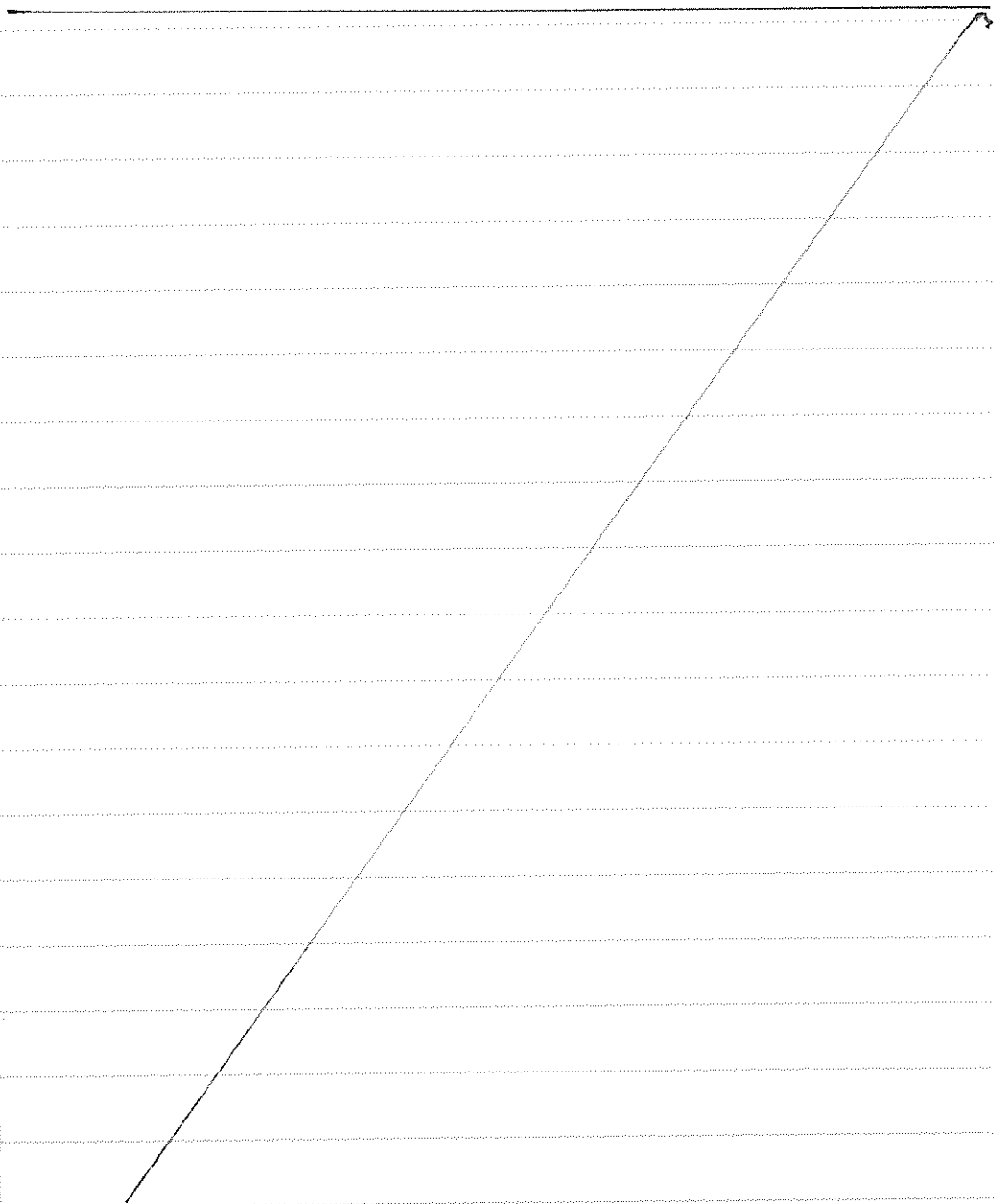
- O Presidente da Direcção solicitou a palavra, para informar que tendo em vista a abertura do Concurso Público para as obras a se realizarem no futuro Centro de Dia, solicitou à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira o acesso à plataforma eletrónica para desenvolvimento dos procedimentos legais, por ser mais fácil a sua concretização. —

- Nada havendo mais a tratar, a Presidente da Assembleia Geral dirigiu-se aos Associados presentes declarando encerrada a Assembleia com a elaboração desta acta, que será assinada pelos elementos que compuseram a mesa. —

- A Presidente: Maria Luísa Fajardo

— 01º Secretário: Pitbull

— 6 Secretário Luiz Vitorias Farias



Ata número Setenta e Três

Aos dezanove dias do Mês de Março de Dois mil e Sete, em obediência ao disposto no Artº 44, alíneas a) e b) dos Estatutos, veio o Conselho Fiscal da Associação de Promoção Social, representar o relatório sobre a sua actividade e, dar parecer sobre a análise respeitante aos balancetes do terceiro e quarto trimestres e Relatório das Contas da Direcção, relativos ao exercício do Ano de Dois mil e Sete. Assim, procedemos ao acompanhamento da actividade da Direcção através de prestações regulares e verificação da documentação. O Conselho Fiscal, entendendo que as referidas demonstrações apresentadas de forma verdadeira e apropriadas em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira está de acordo com os princípios desta Instituição. Face ao exposto, damos de parecer e; propomos à Assembleia que: aprove o relatório de actividades e Contas do exercício de dois mil e Sete apresentadas

pela Direcção. _____

Castanheira do Ribatejo, Rente e Alois de Marco
de Dois mil e Dezoito. _____

□ Conselho Fiscal: _____

○ Presidente: Luís Manuel Veríssimo Mateus

○ Vogal: ~~António~~

○ Vogal: ~~António~~